

“FLORES, ACRÓSTICOS, GAITERICES...”: IDEOLOGIA ACADEMICISTA E LITERATURA BRASILEIRA PRÉ-MODERNISTA

Maurício Silva*

Resumo: O presente artigo analisa o contexto cultural do pré-modernismo brasileiro, destacando o processo de canonização do autor pela historiografia literária, e revela outros aspectos estéticos e literários da literatura brasileira. Além disso, este artigo analisa as possíveis relações entre autores pré-modernistas e a Academia Brasileira de Letras, durante a passagem do século XIX para o XX.

Palavras-chave: pré-modernismo; literatura brasileira; canonização.

INTRODUÇÃO

■ Apesar de a produção literária brasileira de princípios do século XX ter sido classificada – por mais de um crítico e estudioso da época – como uma literatura *eclética*, a conformação e a consolidação de uma estética ligada ao movimento academicista ganha impulso em fins do século XIX, para se afirmar definitivamente no cenário artístico nacional nas duas primeiras décadas do século XX. Agrupados em torno da Academia Brasileira de Letras, autores das mais diferenciadas “tendências” literárias lograram estabelecer uma literatura esteticamente singularizada, com características formais e temáticas próprias e com uma particular ideologia, sobretudo se pensarmos na ligação intrínseca que ela estabelecia com o poder político institucionalizado ou com posições ideológicas, como o aristocratismo.

* Pós-doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Mestrado/Doutorado em Educação na Universidade Nove de Julho (Uninove).

Evidentemente, nem todos os autores do período faziam parte oficialmente da Academia; tampouco todas as atitudes estéticas por eles adotadas podem ser enquadradas no ideário academicista. O que ocorre é que, unidos por um espírito literário comum – uma ideologia restrita a determinado grupo socioliterário –, tais autores conseguiram difundir e tornar vigente uma ideia particularizada de literatura.

Refletindo acerca das condições socioculturais e extraliterárias encontradas e/ou forjadas pelos academicistas para que sua produção estética adquirisse um sentido e pudesse ser satisfatoriamente assimilada pelo público, importa tratar, em especial, das *circunstâncias* que viabilizaram a consolidação de uma estética assenhorada por alguns dos mais relevantes nomes da intelectualidade do período e oficializada pela Academia Brasileira de Letras.

Como já salientou Robert Darnton (1992, p. 162) a respeito das obras não canônicas do século XVIII, para que semelhante projeto se torne viável, faz-se necessário um “conjunto sistemático dos elementos” que possibilitem a existência de uma literatura canônica: “o jogo da oferta e o da procura, as condições de publicação, os circuitos de comercialização”. Em uma palavra, trata-se de observar o *contexto* em que se insere a produção literária do período, a fim de apreender suas principais características estéticas. É, aliás, exatamente essa ideia de contexto que irá determinar o aparecimento de um fazer literário próprio, singularizado pela existência de uma instituição prevalente, pela concorrência de instâncias legitimadoras dessa prática literária e pela absorção de uma série variada de “influências” estrangeiras, o que contribuiria para o surgimento de uma literatura formalista, ornamental, diletante – enfim, de uma literatura academicista. São, com efeito, esses e outros fenômenos que, como já afirmou Bourdieu (1996, p. 69) para o século XIX, “contribuem para estruturar o campo literário”.

Contudo, o problema da constituição de um cânone literário academicista na passagem do século não é simples, emergindo como uma das questões mais prementes para aqueles que se dispõem a estudar a produção literária da época: o que chamamos de academicismo – tendência estético-literária situada cronologicamente entre 1890 e 1920, que implica um modo de *ser* escritor e um modo de *fazer* literatura, sustentados ideológica e esteticamente pela Academia Brasileira de Letras – pressupõe a constituição, pelos próprios academicistas, de um cânone literário representativo dessa tendência, o qual passa a valer como o único dotado de legitimidade historiográfica.

Entendendo por *canonização* o processo de preservação que empresta a certos fenômenos contornos que resistem a mudanças (OLINTO, 1994-1997; CAMPOS, 1995), pode-se dizer que a constituição de um determinado cânone representa a dicotomia seleção/exclusão de textos e autores, a partir de critérios valorativos que, no caso dos academicistas, assentam-se em dois conceitos: o de sociabilidade e o de poder.

Para os academicistas, a inclusão de determinado autor no cânone literário nacional deveria passar, também, pelo critério da sociabilidade, isto é, o escritor estaria tanto mais apto a participar do restrito grupo dos nomes representativos da literatura quanto maior fosse o seu grau de visibilidade, aceitabilidade e transitividade social. E não se trata, evidentemente, de qualquer espécie de sociedade, mas de uma bem definida e distinta burguesia urbana. Em termos práticos, semelhante critério prescrevia a necessidade tácita de participação em conferên-

cias e salões, de textos e retratos em periódicos mundanos, de uma ampla rede de relações sociais, da ocupação de cargos públicos etc.

Assim sendo, a aceitação de um escritor pela Academia Brasileira de Letras representava, nas condições aqui esboçadas, a tão ansiada entrada para o cânone literário brasileiro, pois sua canonização dependia não poucas vezes de uma autêntica rede de solidariedade e relações sociais, já que, como sugerem as palavras de uma pesquisadora do assunto, “os rituais de aceitação e posterior canonização incluem atos de sociabilidade” (MUZART, 1995, p. 87).

Além disso, parece não se constituir novidade alguma o fato de que a ocupação dos espaços literários e a filiação da literatura aos centros de poder político e cultural pressupõem o monopólio de decisão do que é bom ou ruim, do que deve ou não ser lido e, mais do que isso, da chave pela qual determinado texto deve ser compreendido e assimilado. É, portanto, a partir desse pressuposto que várias tendências estéticas (simbolistas, decadistas, pré-modernistas, socialistas etc.) foram alijadas pelos acadêmicos da cultura brasileira da época. Além de não ter a chancela da Academia – ou exatamente por isso –, essa literatura era tida como menor, quando não subversiva dos padrões éticos e estéticos daquela instituição.

Assim, tomar para si a possibilidade de decisão sobre a prática literária e seu produto é deter o poder de consolidação e manutenção de um determinado cânone literário. Nesse sentido, a noção de cânone aproxima-se da de poder, na medida em que ambos pressupõem uma lógica excludente: o poder dos academicistas permite-lhes determinar um cânone, enquanto a determinação de um cânone redundava num maior poder, tudo sintetizado na exclusão de autores que não se enquadram nos preceitos éticos e estéticos da Academia.

São “estratégias seletivas”, portanto, que dão sustentação lógica ao processo de constituição dos cânones literários, os quais podem ser considerados, nas palavras de Frank Kermode (1990, p. 144), autênticos “cúmplices do poder” (cf. também SILVEIRA, 1996).

De fato, a constituição do cânone academicista, que depende de uma série de *relações sociais* e busca impor um gosto literário ao público leitor, tem como objetivo a consagração de obras e autores que compactuam com seus preceitos artísticos, sempre a partir de um conjunto de normas informais de concreção estética. Toda essa prática, institucionalizada pela Academia Brasileira de Letras e institucionalizadora dela, revela um aspecto de poder que pressupõe a eleição e preservação de obras literárias, ou seja, sua canonização e, conseqüentemente, incorporação na historiografia literária nacional. Nesse contexto, não seria demais enfatizar, a Academia surge como a entidade que, como nenhuma outra, dá respaldo institucional ao processo de legitimização do cânone literário brasileiro no período (VIANNA, 1996; REIS, 1994).

Semelhante tarefa obedece a um critério que encontra sustentação basicamente em dois aspectos metodológicos distintos, mas interligados. Primeiro, na consideração de fatores capazes de promover a institucionalização da literatura, por meio de uma ampliação da noção de contexto; segundo, na percepção de que a história literária se constrói a partir da valorização do sujeito interpretante, corresponsável por uma hermenêutica que explore, antes, as condições de constituição do sentido estético, já que

[...] o potencial de comunicação do texto literário não pode derivar de um paradigma que vê na obra de arte a representação dos valores dominantes de uma

época e que priva o texto de sua dimensão pragmática [...] a interpretação não pode mais se contentar em comunicar aos leitores o sentido do texto; ela deve se interessar pelas condições de constituição do sentido (ISER, 1997, p. 37-43, tradução nossa)¹.

A vantagem de semelhante critério é não a perda da substancialidade da literatura, mas o ganho de uma visão positivamente particularizada do fato literário, isto é, uma visão heterogênea que pressupõe fatores tão diversos quanto as condições de produção, as estatísticas de leitura, a publicidade editorial, a recepção ou a paraliteratura, o que alarga nosso espectro histórico, matiza nossos critérios estéticos e, principalmente, relativiza nosso inventário canônico.

A história da literatura deixa de ser, assim, a história dos autores, textos e períodos canonizados, para se transformar numa série ilimitada de *histórias* de práticas literárias diversas, capazes de dar maior sustentação ao sistema literário como um todo e, finalmente, resgatar do limbo historiográfico o academicismo literário, cujo ideário estético pode ser resumido na singular concepção da literatura como o *sorriso da sociedade*.

“FLORES, ACRÓSTICOS, GAITERICES...”

Nesse contexto, a Academia ganha uma importância incontestável. Torna-se, por assim dizer, o espaço por excelência das virtudes literárias oficializadas por uma estética relativamente padronizada e por uma ética dominante. Enfim, por uma *ideologia academicista*. Não era qualquer escritor, portanto, que podia fazer parte da agremiação acadêmica, necessitando, para tanto, do “capital social” de que nos fala Bourdieu (1996, p. 68) a respeito de alguns autores franceses do século XIX, nascido sobretudo de uma “imbricação profunda do campo literário e do campo político”.

É certo que, para alguns críticos de todo esse processo corporativista, a ideia deveria adequar-se às limitações inerentes ao próprio conceito de Academia: segundo Antônio Torres (1921, p. 165), por exemplo, só havia duas maneiras de ser literato no Brasil, “ou nascer litterato ou entrar para a Academia”, essa “usina de glórias litterarias com capital limitado”.

Responsável, portanto, pela “organização do campo intelectual” brasileiro da passagem do século (VELOSO; MADEIRA, 1999, p. 77), a Academia Brasileira de Letras acabava impondo preceitos éticos e estéticos para a boa condução da literatura no país. É certo que não se tratava de uma imposição rigorosa, a todo custo, como a das academias do século XVIII, que poderia tomar como divisa um dos versos do poema oferecido a Dom João V por seu ilustre componente, o vigário da Igreja de São Pedro, Francisco Pinheiro Barreto: “ilustre Academia, / onde os preceitos são razões de Estado” (apud CASTELLO, 1968, p. 150). Mas, ainda assim, não deixava de ser um receituário ético e estético seguido pelos acadêmicos.

Da Academia e de seu ideário, precisamente, nasce a ideia de uma expressão literária singular, que aqui chamamos de *literatura academicista*. Um conjunto de pressupostos estéticos conforma uma *dicção academicista*, que, como na teo-

¹ “[...] le potentiel de communication du texte littéraire ne peut être dérivé d'un paradigme qui voit dans l'oeuvre d'art la représentation des valeurs dominantes d'une époque et qui prive le texte de sa dimension pragmatique [...] l'interprétation ne peut plus se contenter de communiquer aux lecteurs le sens du texte; elle doit s'intéresser aux conditions de constitution du sens.”

ria da enunciação prescrita pela análise do discurso (GADET; HAK, 1993; BRANDÃO, 1997; MAINGUENEAU, 1997; MAZIÈRE, 2007), possui uma dupla face: de um lado, constitui o acadêmico em sujeito de seu discurso; de outro, ela o legitima, institucionalizando-o como acadêmico. Trata-se, em última instância, da enunciação institucionalizadora de uma identidade social e literária: a do *escritor acadêmico*. Assim, atitudes afetadas, ideologia comprometida com o poder público e escritura oficializada por uma estética dirigida acabavam desaguando, para usar as palavras de Machado Neto (1973, p. 230), num autêntico “estilo de casta”. Convém lembrar que a estética academicista só deve ser pensada como uma tendência literária plasmada por uma ética rigidamente definida a partir de um código comportamental latente. Ambos os fatores – ética e estética – contribuíram definitivamente para a constituição de um *ethos academicista*.

Evidentemente, trata-se de uma estética que não conheceu esforço teórico de codificação em manifestos de fundação, como ocorrera com outras tendências literárias, aproximando-se, por isso, mais de uma mentalidade difusa, ligada a práticas culturais diversas (leitura, publicação, sociabilidade etc.). Para os academicistas, não é propriamente a literatura como expressão cultural de uma nação que importa, mas antes, as práticas culturais que norteiam o próprio fazer literário e seu resultado material imediato, o livro. Daí podemos entender a literatura academicista como uma prática cultural de classe, em que interessa antes uma espécie de *comportamento literário*, voltado sobretudo para a obtenção de um público cada vez maior, não exatamente um público-leitor, mas um público-admirador da *figura* do escritor acadêmico (GENS FILHO, 1999). Como salienta Antonio Candido (1985), uma série de fatores sociais – mas sobretudo aqueles relacionados à inserção dos escritores na sociedade brasileira a partir do século XIX – fez com que se tentasse, no Brasil, um ajuste entre o escritor e seu público. E, particularmente entre os academicistas, esse ajuste acabou determinando uma estética definida, marcada por um insofismável *diletantismo*.

É necessário, contudo, refletir melhor acerca dessa ideia central do diletantismo como fundamento ético e estético da literatura academicista, pois, a nosso ver, há uma espécie de contradição a sustentar a vigência desse conceito no período.

O jornalismo, como se sabe, filho dileto de uma época de transformações vertiginosas, emerge como o produto de divulgação literária mais eficaz então. A época – talvez mais do que qualquer outra – já não era para os gêneros nobres, para os tradicionais discursos literários, para as grandes narrativas, mas antes, para a expressão ligeira, para o efêmero, o impactante (é o início da reportagem sensacionalista), resultado das mudanças por que estava passando o Rio de Janeiro, centro nervoso da produção literária do país. Aliás, são essas mesmas mudanças que iriam impingir ao público leitor a dicção jornalística, a qual iria cerrar fileiras contra as obras monumentais dos românticos e dos realistas, para substituí-las por um modo de escrever mais descompromissado, áulico e da moda. Exatamente aí reside o que consideramos uma contradição interna do diletantismo: se, por um lado, com o advento do jornalismo, temos a profissionalização do escritor, que deixa de ser boêmio, descompromissado, assumindo um papel social de profissional da escrita, portanto não diletante; por outro, esse mesmo jornalismo, com seu estilo fugaz e oscilante, levaria os escritores – sobretudo os academicistas – a produzir uma literatura menos comprometida com temas de extração social e formalmente mais rebuscada, assumindo, portanto, um espaço literário propício ao desenvolvimento do diletantismo.

De qualquer maneira, é exatamente esse aspecto estritamente literário – e não propriamente jornalístico – dos autores academicistas que nos interessa, o que aponta, em relação à produção ficcional da época, para uma inquestionável vigência do diletantismo estético.

De fato, escrever, para muitos academicistas, podia ser considerado um pas-satempo sem muito compromisso com a concepção que tanto José Veríssimo quanto Aluísio Azevedo – aliás, dois acadêmicos atípicos – tinham da arte: uma “cousa grave”, para o primeiro, ou uma “cousa muito séria”, para o segundo. Por isso, enquanto o crítico paraense criticava veementemente os escritores que faziam da atividade literária “um brinco, uma prenda de salão, alguma coisa que dá certo destaque entre snobs e snobinas” (VERÍSSIMO, 1936, p. 115), o roman-cista maranhense não mede palavras ao atacar aquela arte que, por não pertencer ao público e, portanto, não ser legítima, “não deve sair da casa do autor; deve ficar na sala de visitas, sobre os consólos, entre os *bibelots* e os bordados da família” (AZEVEDO, 1938, p. 52).

Com efeito, a atividade literária, para os academicistas, não se desvinculava do diletantismo, já que eles se mostravam mais preocupados com temas e motivos mundanos, com o apuro formal de suas obras, com a aceitação de seus escritos pela alta sociedade pseudoletuada, com os floreios retóricos, com a visibilidade e a publicidade, enfim, com práticas mais ligadas à *vida literária* que à *literatura* propriamente dita.

Daí algumas críticas que, no rastro das de José Veríssimo e Aluísio Azevedo, atingiam justamente esse pendor dos academicistas por uma “literatura amena”, nas palavras de Lúcia Miguel-Pereira (1950, p. 254); por essa espécie declarada de “divertimento de homens bem collocados”, nas palavras de Gilberto Amado (1922, p. 135); pela concepção da literatura como “flores, acrósticos, gaiterices, bombons dos tempos felizes”, na visão pouco condescendente de Osório Borba (1941, p. 184).

Mas se, como estamos vendo, a estética academicista assenta-se sobre uma gama bastante variada de conceitos, ora negativos, ora positivos, consoante a leitura que dela se faça e a perspectiva que se adote ao interpretá-la, é sobre uma concepção bastante singular e que acabou se tornando emblemática de uma época e de um fazer literário em que se assenta a literatura academicista: exatamente a concepção, expressa por Afrânio Peixoto (1940), da literatura como *sorriso da sociedade*.

“O BRAÇO CONSTRÓI, O ESPÍRITO ETERNIZA”

Naquele livro que, ao lado de *A vida literária no Brasil*, de Brito Broca (1960), pode ser considerado o melhor retrato literário do período em estudo, o já citado *Prosa de ficção* de Lúcia Miguel-Pereira (1950), a crítica e historiadora mineira aborda os autores do período aqui estudado num capítulo sugestivamente intitulado “Sorriso da Sociedade”, como a defini-los a partir dessa concepção literária. As palavras com que inicia o capítulo são sugestivas:

[...] os escritores reunidos neste capítulo não se congregam em torno de nenhuma escola, não formam sequer um grupo; o que os aproxima, embora de modo frouxo e indeciso, será uma concepção semelhante da literatura, tácita em quase todos, expressa de modo insofismável por Afrânio Peixoto, que a encarava como um sorriso da sociedade (MIGUEL-PEREIRA, 1950, p. 251).

Cumpre refletir ainda acerca das origens e da ideia que sustentam essa noção da literatura como sorriso da sociedade, expressa e defendida por Afrânio Peixoto.

Numa entrevista que deu a *O Jornal*, em 1945, sobre o conceito da literatura como sorriso da sociedade, Afrânio Peixoto afirma: “só um ambiente social tranquilo e feliz permite o aparecimento de um livro notável” (apud SENNA, 1996, p. 90). Para ele, portanto, a literatura era efetivamente um complemento necessário das sociedades felizes, sendo expressão dessa mesma felicidade. Para o autor, em nenhuma outra época da história cultural brasileira, a literatura desempenhava melhor esse papel complementar do que naquelas décadas que representavam a passagem do século, exatamente o período de vigência da literatura academicista. Essa definição do fenômeno literário remete-nos diretamente à ideia da literatura como algo extremamente superficial, como um fato mundano destinado apenas a espelhar a vida airada de uma sociedade sem grandes preocupações ou desafios. Enfim, como sugere o próprio Afrânio Peixoto (1932, p. 10), em outra obra, uma *arte suntuária*: “a literatura, arte suntuária, como todas as artes, exprime a felicidade de viver. Uma grande felicidade social, uma grande literatura”. Daí o fato de ter sido Afrânio Peixoto (1940, p. 5, grifo nosso) um dos principais definidores da literatura academicista como sorriso da sociedade, cujo pensamento merece ser aqui reproduzido na íntegra:

[...] a literatura é como o sorriso da sociedade. Quando ela é feliz, a sociedade, o espírito se lhe compraz nas artes e, na arte literária, com ficção e com poesia, as mais graciosas expressões da imaginação. Se há apreensão ou sofrimento, o espírito se concentra, grave, preocupado, e, então, história, ensaios orais e científicos, sociológicos e políticos, são-lhe a preferência imposta, pela utilidade imediata. A literatura de um povo não denuncia apenas sua sensibilidade e sua inteligência, senão suas condições de vida, feliz ou apreensiva, ou sofredora, sofrimento moral, político, econômico.

Sabemos que, na época em que semelhante concepção foi forjada, vigorava incontestemente, com seus tentáculos nos vários âmbitos da cultura humana, o positivismo. Do ponto de vista literário, a filosofia positivista expressava a possibilidade real de aliar, de modo *determinante*, literatura e sociedade, num espectro ideológico que ia, numa vertente científica, de Spencer a Darwin, e, numa vertente artística, de Taine a Guyau (COUTINHO, 1988; SODRÉ, 1965; PACHECO, 1971).

Indubitavelmente, o ideário estético da literatura como sorriso da sociedade é claramente de extração positivista, refletindo a mais pura tradição determinista, que considera a literatura como reflexo dos fatos sociais. E, nesse sentido, acreditamos que tenha sido Gustave Lanson (1911; 1965) – historiador oficial da literatura francesa na passagem do século, autor da célebre *Histoire de la littérature française* (1894) e do *Manuel bibliographique de la littérature française* (1909) – o principal inspirador de Afrânio Peixoto (1940) que, aliás, forjou seu conceito num insofrito *Panorama da literatura brasileira*, já anteriormente esboçado por Coelho Neto (1913) num não menos desenxabido *Compêndio de literatura brasileira*.

Já em 1904, na *Revue de Métaphysique et de Morale*, Lanson (1965, p. 75, tradução nossa) afirmava que os principais problemas da historiografia literária são problemas de fundo sociológico, como questões relacionadas ao livro e ao

escritor, os quais seriam um “produto social e uma expressão social”². Por isso, o crítico francês trata ainda das leis – ou melhor, dos fatos gerais – da sociologia da literatura, entre os quais se encontra a lei da correlação entre a literatura e a vida social, segundo a qual “a literatura é a expressão da sociedade”³ e, portanto, “certas instituições sociais determinam certos efeitos estéticos”⁴. Em 1910, na *Revue du Mois*, complementa seu raciocínio nos seguintes termos: “é impossível, com efeito, desconhecer que toda obra literária é um fenômeno social. É um ato individual, mas um ato social do indivíduo”⁵. E finalmente declara:

[...] a literatura é a expressão da sociedade: verdade incontestável, que produziu muitos erros. A literatura, frequentemente, é complementar da sociedade: ela exprime o que em nenhum outro lugar não se efetua, os lamentos, os sonhos, as aspirações dos homens (LANSON, 1965, p. 75, tradução nossa)⁶.

O que dizia Lanson (1965) não podia ser classificado, mesmo no final do século, como absoluta novidade, já que o crítico francês servira, antes, como sistematizador de um ideário que, cada vez mais, entusiasmava críticos e escritores em França e outros países do Ocidente, como é o caso do Brasil. É curiosa, nesse sentido, a adesão incondicional a essa concepção da literatura por vários pequenos movimentos estéticos que proliferavam no ambiente literário francês da passagem do século, como é o caso do Movimento Naturista (não se confunda com o naturalismo), fundado pelo esteta Saint-Georges de Bouhéliier, o qual teve, no Brasil, a anuência de Elysio de Carvalho (1907), como se pode constatar em sua obra intitulada *As modernas correntes estéticas na literatura brasileira*. Publicado pela primeira vez no jornal *Le Figaro*, em 1897, o Manifesto Naturista primava – aliás, como os academicistas brasileiros – por seus ataques contra o simbolismo, expondo suas ideias, que não dispensam um lastro de nacionalismo xenóforo e conservador, na *Revue de l'Académie Française* (1892). As palavras que compõem o manifesto citado não deixam dúvida quanto à sua filiação à concepção literária que vimos analisando até agora: “quando a paz reina sobre a nação, nós só podemos descrever as delícias, a alegria augusta e a beleza solene” (MITCHELL, 1966, p. 17, tradução nossa)⁷.

Com efeito, comparando algumas opiniões de Lanson e Bouhéliier acerca da literatura com as palavras de Afrânio Peixoto, percebe-se a semelhança de concepção. São, de fato, afirmações contundentes na sua proximidade com as proferidas pelo academicista na exposição do que ele entendia por literatura e seu papel na sociedade: ideias como a de que a literatura é uma expressão da sociedade, retratando desgostos, sonhos e aspirações humanas, aproximam-se visivelmente do ideário estético de Afrânio Peixoto.

Ecoando as palavras expressas por esses teóricos franceses, sobretudo as de Gustave Lanson, essa concepção da arte via a literatura como uma atividade

2 “produit social et une expression sociale.”

3 “la littérature est l’expression de la société.”

4 “certaines institutions sociales déterminent certains effets esthétiques.”

5 “il est impossible en effet méconnaître que toute oeuvre littéraire est un phénomène social. C’est un acte individuel, mais un acte social de l’individu.”

6 [...] la littérature est l’expression de la société: vérité incontestable, qui a engendré bien des erreurs. La littérature, souvent, est complémentaire de la société: elle exprime ce qui nulle part ailleurs ne se réalise, les regrets, les rêves, les aspirations des hommes.

7 “quand la paix règne sur la nation, nous ne pouvons qu’en décrire les délices, la joie auguste et le charme solennel.”

diletante, ligada ao bem-estar social e ao desempenho de atividade lúdicas, jamais profissionais. É o próprio Afrânio Peixoto (1947, p. 140) quem abona esse diagnóstico em outras oportunidades: “felizmente para nós as letras foram sempre aqui, menos que uma carreira, uma diversão ou adereço, o que lhes vai bem, pois só espontâneas lhes é possível a sinceridade, condição de excelência de toda arte”.

Embora ligada à oficialidade política, a literatura era, ainda, vista como uma atividade essencialmente associada ao prazer, só começando a se profissionalizar graças à difusão do jornalismo. Outros acadêmicos de igual renome defenderiam esses mesmos ideais estéticos, fazendo coro às palavras do autor de *A esfinge*, como é o caso de Humberto de Campos (1934, p. 106), que, ao relatar suas experiências como novato no meio literário carioca, no começo do século, confessa: “as letras eram, ainda, um delicado ornamento da vida”.

Arte suntuária, diversão, adereço, ornamento: essas não parecem ser noções articuladas aleatoriamente, antes obedecem a um programa estético que procurava desvincular a literatura de ações sociais mais críticas. Pode-se afirmar, portanto, que dificilmente se encontrará algum acadêmico, no período áureo da Academia Brasileira de Letras, que se mostre alheio à aspiração estética da literatura academicista, vale dizer, à literatura como reflexo de uma sociedade feliz.

Não causa surpresa alguma o fato de Coelho Neto (1913), acadêmico-mor, compartilhar literalmente dessa visão particularizada da arte de ficção, já que todos os representantes da literatura academicista pareciam professar as mesmas ideias a respeito do assunto. Nesse sentido, é fácil observar em suas palavras uma definição da literatura que vai diretamente ao encontro daquela que, conforme mostramos anteriormente, tornou-se a divisa de toda uma geração, além evidentemente dos laivos de idealismo que o romancista maranhense gostava de empregar em tudo o que, direta ou indiretamente, dizia respeito à arte:

[...] se o progresso material avulta à flor da terra em construções ephemerhas, cria o conforto, facilita as relações entre os homens, o progresso intelectual, que se perpetua em obras literarias, nos poemas, nas composições philosophicas, nos registros de sciencia e historia, subsiste transmitindo-se de geração em geração, como um lume inflamado ao sol da primeira madrugada do mundo que, passando de seculo a seculo, cada vez mais irradia e fulgura [...]. O braço constróe, o espirito eternisa (COELHO NETO, 1913, p. 5).

REFERÊNCIAS

- AMADO, G. *Apparencias e realidades*. São Paulo: Monteiro Lobato & C., 1922.
- AZEVEDO, A. *O touro negro*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1938.
- BORBA, O. *A comédia literária*. Rio de Janeiro: Alba, 1941.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte*. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.
- BROCA, B. *A vida literária no Brasil. 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- CAMPOS, H. de. *Lagartas e libélulas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

- CAMPOS, M. C. C. Cânone e literatura. Estado atual da questão. *Qfwfq*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 47-67, 1995.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. Estudos sobre teoria e história literária. São Paulo: Nacional, 1985.
- CARVALHO, E. de. *As modernas correntes esthéticas na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.
- CASTELLO, J. A. O movimento academicista. In: COUTINHO, A. (Dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1968. v. I.
- COELHO NETO, H. M. *Compêndio de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.
- COUTINHO, A. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- DARNTON, R. *Edição e sedição*. O universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.
- GENS FILHO, A. F. *Visibilidade e espacialidade: poetas, poemas, livros, jornais e centros culturais entre 1870-1900*. 1999. Tese (Doutorado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ISER, W. *L'acte de lecture*. Théorie de l'effet esthétique. Sprimont: Mardaga, 1997.
- KERMODE, F. Canon y período. In: _____. *Historia y valor*. Ensayos sobre literatura y sociedad. Barcelona: Península, 1990.
- LANSON, G. *Manuel bibliographique de la littérature française moderne*. Paris: Hachette, 1911.
- _____. *Essais de méthode de critique et d'histoire littéraire*. Paris: Hachette, 1965.
- MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da república das letras* (Sociologia da vida intelectual brasileira. 1870-1930). São Paulo: Grijalbo; Edusp, 1973.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes; Unicamp, 1997.
- MAZIÈRE, F. *A análise do discurso*. História e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.
- MIGUEL-PEREIRA, L. *Prosa de ficção*. De 1870 a 1920. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.
- MITCHELL, B. *Les manifestes littéraires de la belle époque*. 1886-1914. Anthologie critique. Paris: Seghers, 1966.
- MUZART, Z. L. A questão do cânone. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, UFSC, n. 3, p. 85-94, 1995.
- OLINTO, H. K. Estratégias de canonização nas letras. *Travessia*, Florianópolis, UFSC, n. 29-30, p. 43-54, 1994-1997.
- PACHECO, J. *A literatura brasileira*. O realismo (1870-1900). São Paulo: Cultrix, 1971.
- PEIXOTO, A. *Noções de história de literatura geral*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

PEIXOTO, A. *Panorama da literatura brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. *Poeira da estrada*. Ensaios de crítica e de história. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1947.

REIS, R. Preguiça pastosa. Repensando o cânon literário brasileiro. *Santa Barbara Portuguese Studies*, University of California, v. I, p. 122-139, 1994.

SENNA, H. *República das letras*. Entrevistas com vinte grandes escritores brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SILVEIRA, L. A. da. Cânon e poder. *Qfwfq*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 30-41, 1996.

SODRÉ, N. W. *O naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TORRES, A. *Pasquinadas cariocas*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921.

VELOSO, M.; MADEIRA, A. *Leituras brasileiras*. Itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VERÍSSIMO, J. *Letras e literatos*. Estudinhos críticos da nossa literatura do dia. 1912-1914. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

VIANNA, T. C. V. Cânone e literatura menor. *Qfwfq*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 7-29, 1996.

SILVA, M. "Flowers, acronyms, gaiterices...": academicist ideology and Brazilian pre-modernist literature. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 33-43, 2011.

Abstract: *The present article analyses the cultural context of Brazilian pre-modernism, and points out the process of canonization by the literary historiography, and it reveals some aesthetic and literary aspects of Brazilian Literature. Furthermore, the present article analyzes the relationship between the pre-modernist writers and the Brazilian Academy of Letters, detaching the institutionalizations issues on the turn-of-the-century.*

Keywords: *pre-modernism; Brazilian Literature; canonization.*